



***Análise Económico-Financeira
das Empresas do Sector da Construção:
ano de 2009***

FICHA TÉCNICA

Título:

Análise Económico-Financeira das Empresas do Sector da Construção | 2009

Autoria:

Henrique Graça | Fernanda Braz

Coordenação Geral:

Pedro Ministro

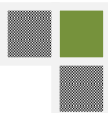
Edição:

Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P

Av. Júlio Dinis, 11 - 1069-010 Lisboa

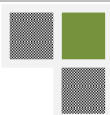
Telefone: 21 794 67 00 | Fax: 21 794 67 90 | Página da Internet: <http://www.inci.pt> | Correio Electrónico: geral@inci.pt | dam@inci.pt

Data de edição: Dezembro de 2010



ÍNDICE

Introdução	5
1. Actividade da Construção	6
1.1. Títulos habilitantes.....	6
1.2. Classes do alvará vs valores das obras.....	7
1.3. Qualificação das empresas.....	7
1.4. Condições mínimas de permanência na actividade.....	8
2. O tecido empresarial do sector da construção	9
2.1 Títulos habilitantes válidos.....	9
2.2 Distribuição do número de alvarás por classes.....	10
3. Distribuição geográfica	11
3.1 Alvarás.....	11
3.2 Títulos de Registo.....	14
4. Análise da situação económico-financeira das empresas no exercício de 2009	17
4.1 Indicadores/requisitos legais	17
4.1.1 Liquidez Geral.....	17
4.1.2 Autonomia Financeira.....	20
4.2 Outros Indicadores	22
4.2.1 Grau de Cobertura do Imobilizado.....	22
4.2.2 Solvabilidade.....	23
4.2.3 Rentabilidade dos Capitais Próprios.....	24
4.2.4 Rentabilidade do Activo Total.....	26
4.2.5 Capacidade de Endividamento.....	26
4.2.6 Endividamento.....	27
4.2.7 Estrutura do Endividamento.....	28
4.2.8 Custos com Pessoal.....	29
4.2.9 Volume de Negócios em Obra.....	30
5. As 20 empresas com maior Volume de Negócios em Obra	31
6. Peso das 20 maiores empresas de construção face às 100 maiores empresas portuguesas em termos de volume de negócios em 2009	33
Síntese	35

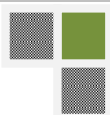


Gráficos

Gráfico 1 - Títulos habilitantes válidos 2008/2009.....	9
Gráfico 2 - Distribuição de alvarás por NUT's II em 2009.....	11
Gráfico 3 - Distribuição de alvarás por NUT III em 2009.....	12
Gráfico 4 - Distribuição de alvarás por Distritos em 2009.....	13
Gráfico 5 - Distribuição de Títulos de Registo por NUT II em 2009.....	14
Gráfico 6 - Distribuição de Títulos de Registo por NUT's III em 2009.....	15
Gráfico 7 - Distribuição de Títulos de Registo por Distrito em 2009.....	16
Gráfico 8 - Liquidez Geral por Classes.....	19
Gráfico 9 - Autonomia Financeira.....	21
Gráfico 10 - Grau de Cobertura do Imobilizado por Classes.....	22
Gráfico 11 - Solvabilidade por Classes.....	24
Gráfico 12 - Rentabilidade dos Capitais Próprios por Classes.....	25
Gráfico 13 - Rentabilidade do Activo Total por Classes.....	26
Gráfico 14 - Capacidade de Endividamento por Classes.....	27
Gráfico 15 - Endividamento por Classes.....	28
Gráfico 16 - Estrutura de endividamento por Classes.....	29
Gráfico 17 - Custos com Pessoal por Classes.....	29
Gráfico 18 - Volume de Negócios em Obra por Classes.....	30
Gráfico 19 - Peso das 20 maiores empresas em Volume de Negócios em Obras no sector.....	32
Gráfico 20 - Peso das 20 maiores empresas com Custos com Pessoal no sector.....	32
Gráfico 21 - Comparação do volume de negócios (2009).....	34

Quadros

Quadro 1 - Valor limite das obras por classe de alvará em 2009/2010.....	7
Quadro 2 - Variação do número alvarás em 2008 e 2009.....	9
Quadro 3 - Variação do número de títulos de registo em 2008 e 2009.....	10
Quadro 4 - Distribuição do número alvarás por classe.....	10
Quadro 5 - Distribuição do número de alvarás por classe.....	11
Quadro 6 - Amostra das empresas objecto de análise.....	17
Quadro 7 - Liquidez Geral por Classes.....	18
Quadro 8 - Liquidez reduzida por classes.....	18
Quadro 9 - Empresas com Liquidez Geral inferior a 100%, por classe.....	19
Quadro 10 - Evolução do indicador da Liquidez Geral (2007-2009).....	20
Quadro 11 - Autonomia Financeira por Classes.....	20
Quadro 12 - Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 10% (2009).....	20
Quadro 13 - Evolução do indicador da Autonomia Financeira (2007-2009).....	21
Quadro 14 - Grau de Cobertura do Imobilizado por Classes.....	22
Quadro 15 - Evolução do indicador da Grau de Cobertura do Imobilizado (2007-2009).....	23
Quadro 16 - Solvabilidade por Classes.....	23
Quadro 17 - Evolução do indicador de Solvabilidade (2007-2009).....	24
Quadro 18 - Rentabilidade dos Capitais Próprios por Classes.....	24
Quadro 19 - Evolução do indicador de Rentabilidade dos Capitais Próprios (2007-2009).....	25
Quadro 20 - Rentabilidade do Activo Total por Classes.....	26
Quadro 21 - Capacidade de Endividamento por Classes.....	26
Quadro 22 - Endividamento por Classes.....	27
Quadro 23 - Estrutura de endividamento por Classes.....	28
Quadro 24 - Custos com Pessoal por Classes.....	29
Quadro 25 - Volume de Negócios em Obra por Classes.....	30
Quadro 26 - Número de empresas sem volume de negócios, por classe (2009).....	30
Quadro 27 - Indicadores Financeiros das 20 empresas com maior volume de negócios em obra em comparação com o total.....	31
Quadro 28 - As 20 maiores empresas de construção face às 100 maiores empresas portuguesas (2009).....	33



Introdução

O presente relatório foi elaborado tendo por base os dados económico-financeiros respeitantes ao exercício de 2009 das empresas (sociedades e empresários em nome individual com contabilidade organizada) detentoras de alvará de construção, nele se destacando os seguintes aspectos:

- Evolução do tecido empresarial dos dois últimos anos, tendo em conta o número de alvarás e títulos de registo;
- Distribuição por classes de alvarás, sua evolução e peso específico do número de empresas por classe no total;
- Distribuição geográfica de acordo com as NUT's I, II e III, por Distrito e por Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Análise da situação económico-financeira das empresas evidenciada pelo estudo de um conjunto de indicadores dos quais se destacam:

Liquidez Geral, Autonomia Financeira, Grau de Cobertura do Imobilizado, Solvabilidade, Rentabilidade dos Capitais Próprios, Rentabilidade do Activo Total, Capacidade de Endividamento, Endividamento, Estrutura do Endividamento, Custos com Pessoal e Volume de Negócios em Obra,

- Para cada um destes indicadores uma breve análise tendo em consideração a classe de alvará detida e os valores dos quartis calculados;
- Destaque das 20 maiores empresas do sector da construção, tendo em consideração o volume de negócios em obra, comparando-as com todo o sector, tanto a nível de volume de negócios em obra, como com os custos com pessoal, como ainda a nível dos indicadores económico-financeiros atrás referidos.
- Igualmente foi comparado a nível de volume de negócios o peso relativo das 20 maiores empresas de construção face às 100 maiores empresas portuguesas, independentemente do sector em que estão inseridas.

1. Actividade da Construção

O actual quadro normativo que regula a actividade da construção está sustentado no Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, diploma aprovado num ano em que se sentiu a necessidade de renovação do quadro legal, fruto do desenvolvimento das obras públicas e particulares, o alargamento do mercado europeu e paralelamente a entrada na actividade de um crescente número de agentes económicos.

Com o objectivo de credibilizar as actividades e potenciar empresas sólidas e competitivas face aos novos mercados públicos e particulares, foi, então, publicado o actual regime jurídico que ainda se encontra em vigor¹, visando dotar o sector de um quadro legislativo coerente com o objectivo de obter um maior rigor no acompanhamento das empresas de construção não só no que respeita ao acesso e permanência na actividade mas também na reavaliação periódica das mesmas.

O termo construção engloba a realização de obras, públicas ou privadas, de que são exemplo edifícios residenciais, edifícios não residenciais (comerciais, escritórios, desportivos, edifícios para educação, saúde, industriais, armazenagem, etc.), e obras de engenharia civil (nos sectores dos transportes, telecomunicações, água, energia, etc.).

Deste modo, a actividade da construção é aquela que tem por *objecto a realização de obra, englobando todo o conjunto de actos que sejam necessários à sua concretização*^{2,3}, actividade essa que apenas poderá ser levada a cabo por uma empresa que possua habilitação que lhe permita o exercício da actividade da construção⁴.

1.1. Títulos habilitantes

O exercício legal da actividade da construção está, pois, limitado às empresas devidamente habilitadas pelo Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI, I.P.), as quais deverão ser detentoras de um título habilitante – alvará ou título de registo.

Alvará

As empresas habilitadas, detentoras de alvará, ficam autorizadas a executar os trabalhos enquadráveis nas habilitações relacionadas. Esta habilitação pressupõe uma qualificação em subcategoria de qualquer categoria, ou em empreiteiro geral ou construtor geral, numa determinada classe.

Título de Registo

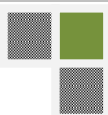
As empresas habilitadas, detentoras de título de registo ficam autorizadas a executar os trabalhos enquadráveis nas subcategorias previstas na Portaria n.º 14/2004, de 10 de Janeiro (obras publicas ou particulares), desde que o respectivo valor não ultrapasse 10% do limite fixado para a classe 1 do alvará.

¹ Não obstante o regime actualmente em vigor, é expectável que a curto prazo venha a ser reformulado o sector da construção e o imobiliário, fruto não só do redesenho das áreas susceptíveis de regulação pública, mas também da adaptação do direito interno ao direito comunitário, designadamente à Directiva Serviços.

² Cfr. art. 2.º do DL n.º 12/2004, de 9 de Janeiro.

³ Entendo-se por obra todo o trabalho de construção, reconstrução, ampliação, alteração, reparação, conservação, reabilitação, limpeza, restauro e demolição, de bens imóveis, bem como qualquer outro trabalho que envolva processo construtivo (cfr. art. 3.º, al. a) do DL n.º 12/2004, de 9 de Janeiro.

⁴ Cfr. art. 3.º, al. b) do DL n.º 12/2004, de 9 de Janeiro.



1.2. Classes do alvará vs valores das obras

Consoante a classe do alvará de que é titular uma empresa de construção, assim se determina o valor limite das obras que poderá executar, de acordo com as categorias e subcategorias constantes da Portaria nº 19/2004, de 10 de Janeiro. Em 2009 e 2010⁵ vigoraram os limites que constam do quadro seguinte:

Quadro 1 – Valor limite das obras por classe de alvará em 2009/2010

Classes das habilitações	Valores das obras
	2009 / 2010
1	Até 166 000 €
2	Até 332 000 €
3	Até 664 000 €
4	Até 1 328 000 €
5	Até 2 656 000 €
6	Até 5 312 000 €
7	Até 10 624 000 €
8	Até 16 600 000 €
9	Acima de 16 600 000 €

1.3. Qualificação das empresas

A qualificação das empresas de construção pressupõe uma classificação em categorias, subcategorias e classes de obras e/ou trabalhos, de acordo com critérios de capacidade técnica e capacidade económica e financeira.

É um procedimento baseado num conjunto de regras estabelecidas na lei, quer para o ingresso quer para a verificação das condições de permanência na actividade da construção, que implica uma análise sistemática que tenha em conta não só a adequação das capacidades da empresa face aos mercados em que pretende actuar, mas especialmente a verificação periódica dessas capacidades, podendo dar origem à reclassificação dos alvarás, por forma a ajustar as autorizações concedidas à realidade técnica e económico-financeira da empresa.

⁵ A Portaria n.º 21/2010, de 11 de Janeiro, estabelece a correspondência entre as classes e os valores das obras que os titulares de alvará ficam autorizados a executar.

1.4. Condições mínimas de permanência na actividade⁶

As empresas detentoras de alvará são anualmente avaliadas através de indicadores extraídos do balanço e demonstração de resultados, conforme apresentados para efeitos fiscais, tendo em vista a verificação das condições mínimas de permanência.

Importa referir que as empresas que sejam apenas detentoras de título de registo não estão obrigadas ao cumprimento de requisitos de capacidade económica e financeira.

O cumprimento das condições mínimas de permanência na actividade da construção é aferido utilizando os valores constantes da documentação fiscal do último ano disponível ou a média dos valores da documentação fiscal dos três últimos anos (optando-se pelos mais favoráveis para a empresa).

Para as empresas detentoras de habilitações exclusivamente em classe 1, exige-se, ao nível da capacidade económica e financeira:

- Capital próprio não negativo;
- Volume de negócios em obra igual ou superior a 10% do limite da classe 1;
- Valor de custos com pessoal não nulo.

Para as empresas detentoras de habilitações nas classes 2 a 9, exige-se, ao nível da capacidade económica e financeira:

- Capitais próprios de valor igual ou superior a 10% do limite da classe das habilitações detidas ou, no caso de habilitações na classe mais elevada (classe 9), a 20% do limite da classe anterior a esta última;
- Volume de negócios em obra igual ou superior a 50% do limite da classe anterior à classe máxima das habilitações detidas;
- Valor de custos com pessoal igual ou superior a 7% do limite da classe anterior à classe máxima das habilitações detidas no alvará;

Indicadores de liquidez geral e autonomia financeira superiores aos mínimos fixados⁷

⁶ Artigo 18.º do DL 12/2004, de 9 de Janeiro

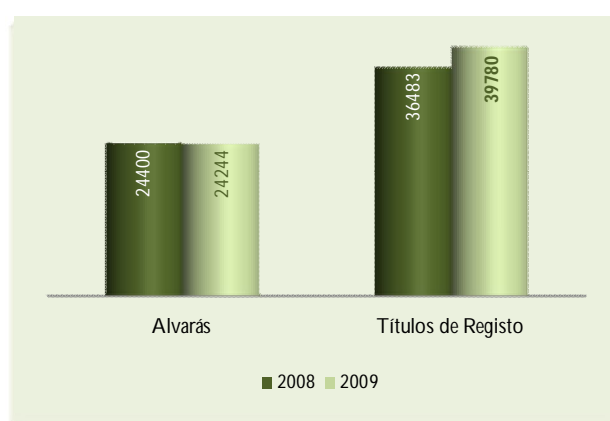
⁷ Os valores estabelecidos para a liquidez geral e a autonomia financeira nos exercícios de 2008 e 2009 são, respectivamente, de 105% e 10% (habilitações nas classes 2 a 9) – Portaria n.º 971/2009, 27 de Agosto.

2. O tecido empresarial do sector da construção

2.1 Títulos habilitantes válidos

No final de 2009, existiam no sector da construção 24.244 empresas habilitadas com alvará e 39.780 com título de registo, perfazendo um número total de 64.024 agentes económicos habilitados para o exercício da actividade da construção.

Gráfico 1 - Títulos habilitantes válidos 2008/2009



Fonte: InCI, I.P.

Conforme se constata no gráfico 1, o número de agentes económicos habilitados registou uma tendência geral de subida (de 60.883 para 64.024, ou seja, acréscimo de 5,16%).

O número de alvarás emitidos apresenta alguma estagnação (-0,6%), conforme podemos verificar pelo quadro seguinte:

Quadro 2 - Variação do número alvarás em 2008 e 2009

	2008	2009	Variação 2009/2008
Total	24.400	24.244	-0,64%

Fonte: InCI, I.P.

O mesmo se refira relativamente aos títulos de registo, cujo número aumentou, até, em 9%. Sucede que neste caso particular as licenças são válidas por cinco anos, o que faz com que os efeitos reais da diminuição da actividade não seja sentido de imediato, sendo, pelo contrário, distribuído pelos 5 anos subsequentes.

Quadro 3 - Variação do número de títulos de registo em 2008 e 2009

	2008	2009	Variação 2009/2008
Total	36.483	39.780	9,04%

Fonte: InCI, I.P.

O número de novos títulos de registo atribuídos em 2009 (5.702) traduz uma diminuição de 30,9% face aos novos títulos concedidos em 2008 (8.251), os quais por sua vez já reflectiam uma diminuição de novos títulos de 3,8% face a 2007 (8.573).

2.2 Distribuição do número de alvarás por classes

O ligeiro decréscimo de empresas detentoras de alvará verificou-se principalmente nas pequenas empresas, detentoras de alvará da classe 1, na qual se registou uma diminuição de 656 empresas.

Quadro 4 - Distribuição do número alvarás por classe

Classes	2008	2009	Variação 2009/2008
Classe 1	15.614	14.958	-4,20%
Classe 2	2.840	3.393	19,47%
Classe 3	2.834	2.673	-5,68%
Classe 4	1.632	1.635	0,18%
Classe 5	948	1.007	6,22%
Classe 6	290	323	11,38%
Classe 7	120	126	5,00%
Classe 8	38	43	13,16%
Classe 9	84	86	2,38%
Total	24.400	24.244	-0,64%

Fonte: InCI, I.P.

No que respeita à distribuição de alvarás por classe verifica-se que no final de 2009, quase 62% (14.958) das empresas registadas, eram detentoras deste título habilitante em classe 1. A classe com menor número de empresas classificadas foi a 8 com cerca de 0,18% das empresas. O número das empresas detentoras de alvará nas três primeiras classes atingiu 86,7% (21.024) do total das empresas registadas.

Quadro 5 - Distribuição do número de alvarás por classe

Classes	2009	Peso
Classe 1	14.958	61,70%
Classe 2	3.393	14,00%
Classe 3	2.673	11,03%
Classe 4	1.635	6,74%
Classe 5	1.007	4,15%
Classe 6	323	1,33%
Classe 7	126	0,52%
Classe 8	43	0,18%
Classe 9	86	0,35%
Total	24.244	100,00%

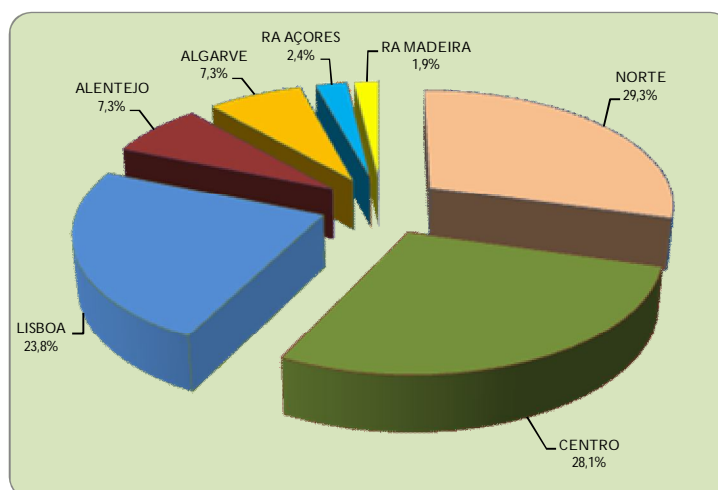
Fonte: InCI, I.P.

3. Distribuição geográfica

3.1 Alvarás

Relativamente à distribuição geográfica de acordo com a NUT II, verifica-se que é a Região Norte que detém um maior número de empresas com alvará, com 29,3% do total. Em termos de distritos, Lisboa detém a maior parcela de empresas detentoras de alvará, cerca de 20% do total de agentes económicos detentores do país, logo seguida do Porto com cerca de 12%.

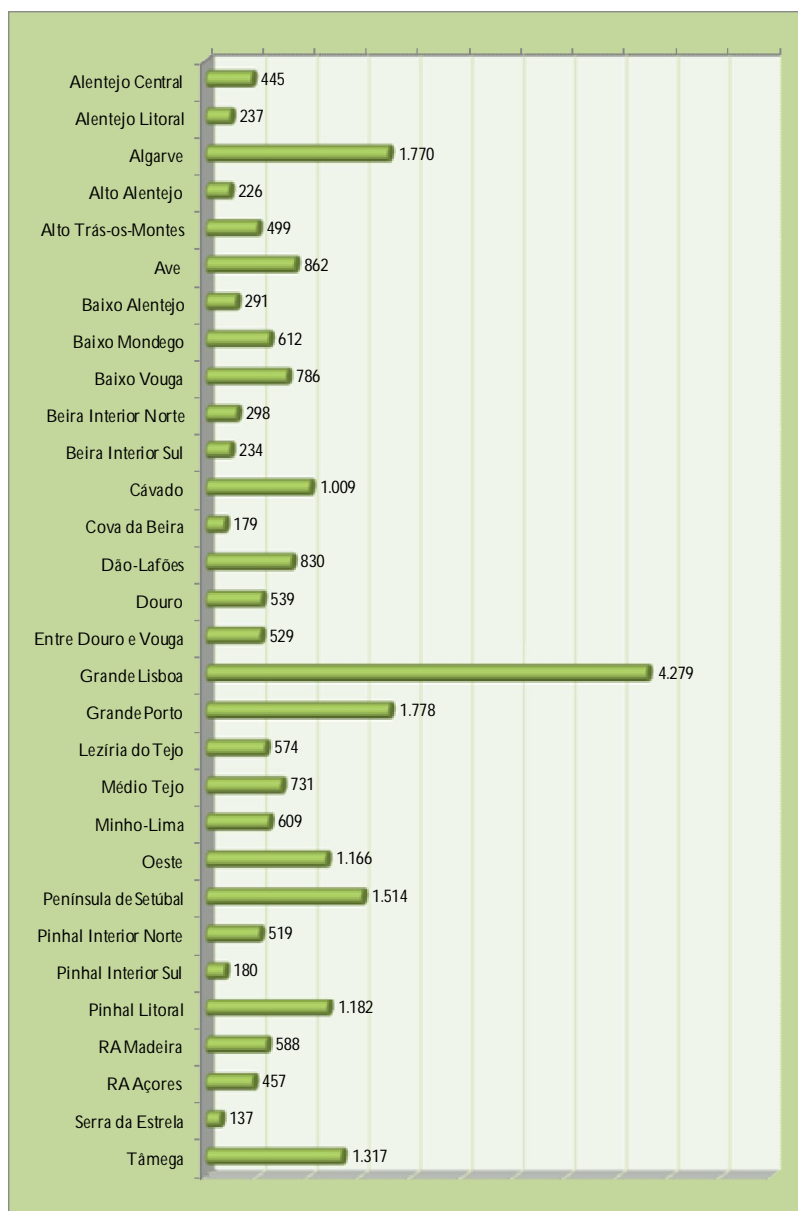
Gráfico 2 - Distribuição de alvarás por NUT II em 2009



Fonte: InCI, I.P.

Numa análise por NUT III, sobressai a zona da Grande Lisboa como a que possui o maior número de alvarás válidos, surgindo a seguir a zona do Grande Porto e do Algarve, com apenas menos 8 títulos que aquela.

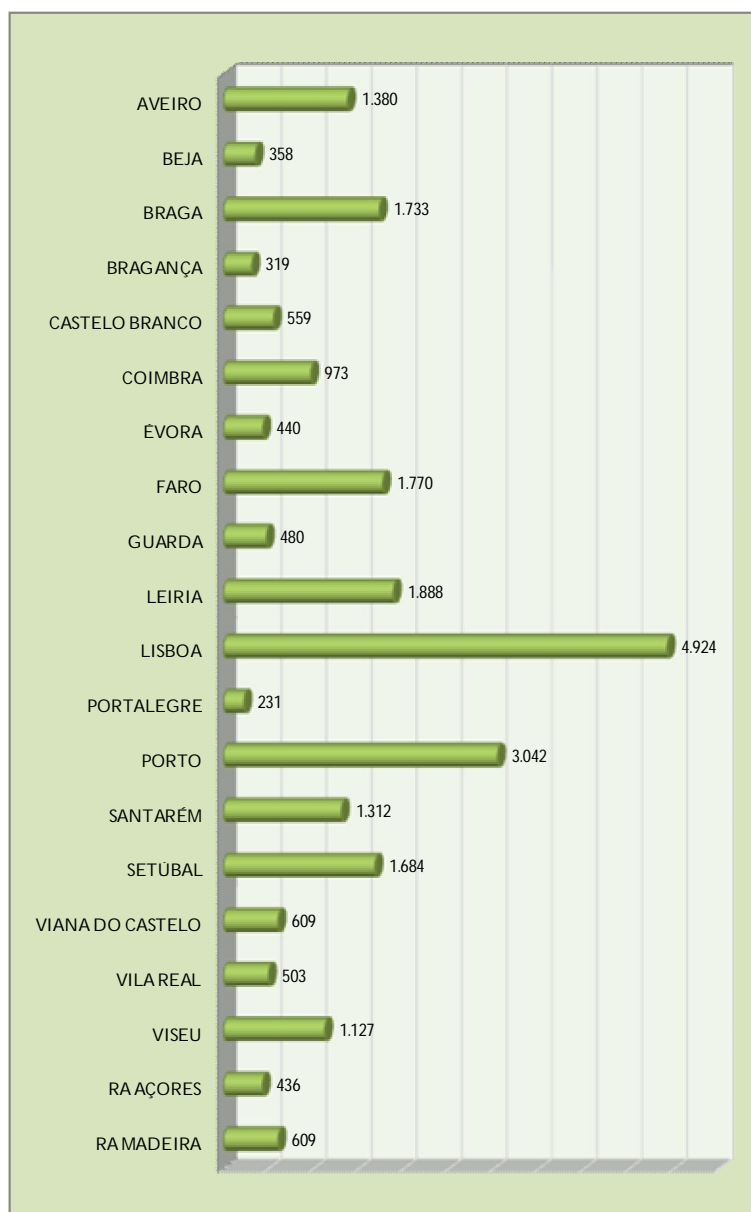
Gráfico 3 - Distribuição de alvarás por NUT III em 2009



Fonte: InCI, I.P.

Numa análise de acordo com os distritos, surge-nos destacado o distrito de Lisboa com o maior número de alvarás, sendo seguido pelo distrito do Porto e, um pouco mais distantes, dos distritos de Braga, Faro e Setúbal.

Gráfico 4 - Distribuição de alvarás por Distritos em 2009

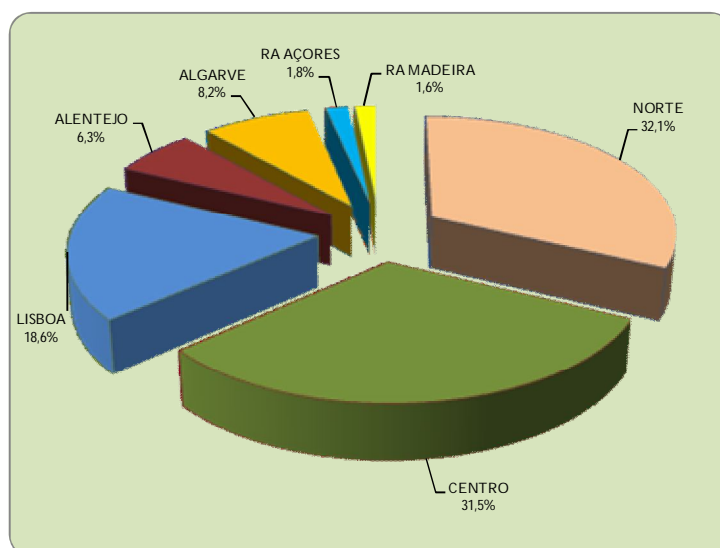


Fonte: InCI, I.P.

3.2 Títulos de Registo

A distribuição dos títulos de registo por NUT II apresenta uma distribuição semelhante à dos alvarás, sendo o Norte a zona com maior número de empresas detentoras deste título habilitante, seguida da zona Centro, aparecendo a região de Lisboa em terceiro lugar.

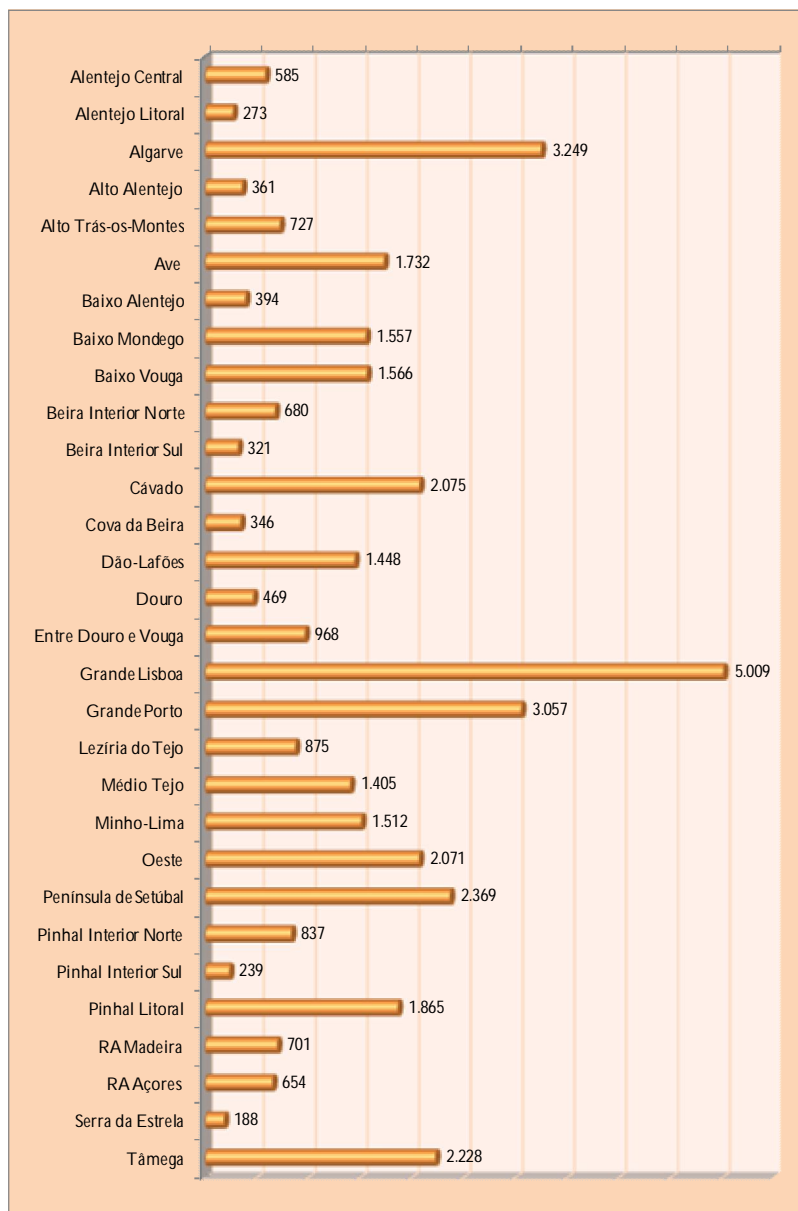
Gráfico 5 - Distribuição de Títulos de Registo por NUT II em 2009



Fonte: InCI, I.P.

A análise por NUT III sugere uma estrutura similar à constatada para os alvarás, surgindo a zona da Grande Lisboa destacada, seguida da zona do Grande Porto e do Algarve, muito próximas entre si.

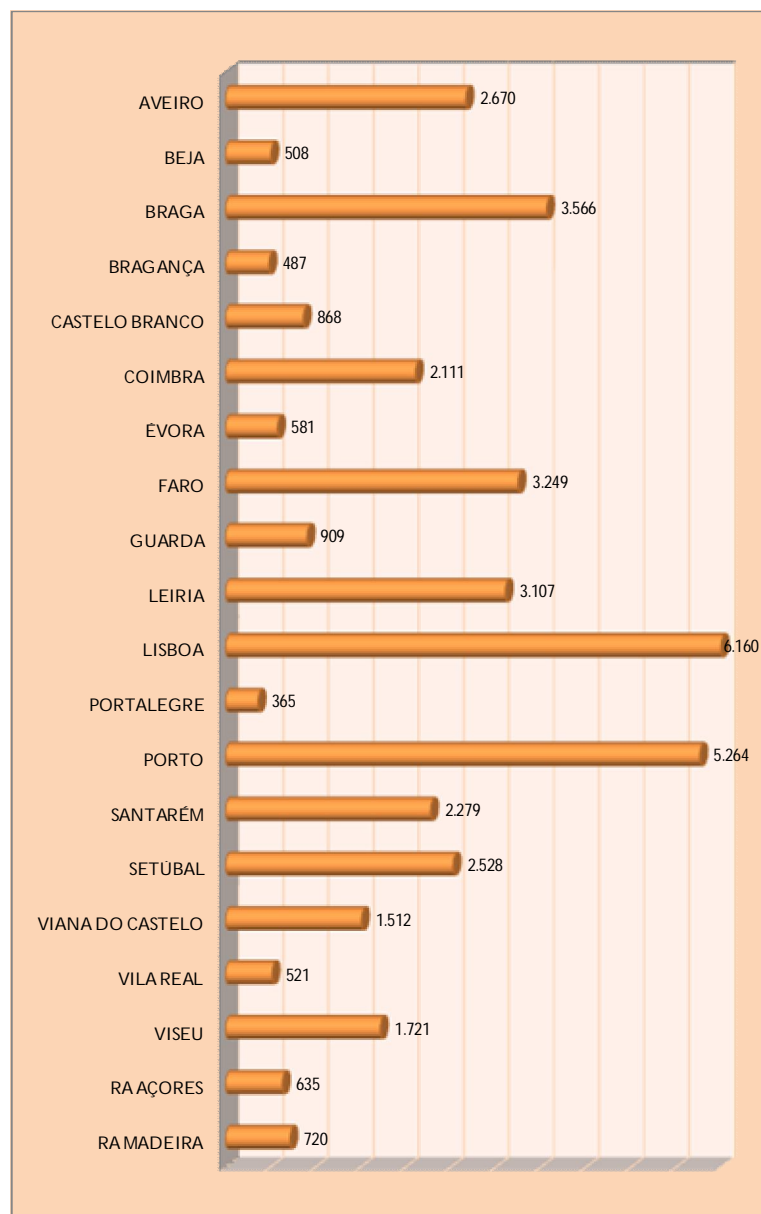
Gráfico 6 - Distribuição de Títulos de Registo por NUT III em 2009



Fonte: InCI, I.P.

Conclusão similar se poderá retirar da análise por distritos, surgindo-nos o distrito de Lisboa, seguido do distrito do Porto e um pouco mais afastado dos demais, os distritos de Braga, Faro e Leiria.

Gráfico 7 - Distribuição de Títulos de Registo por Distrito em 2009



Fonte: InCI, I.P.

4. Análise da situação económico-financeira das empresas no exercício de 2009

O Decreto-Lei 12/2004, de 9 de Janeiro, define como um dos requisitos de ingresso e permanência na actividade da construção a capacidade económica e financeira das empresas de construção, aferida em função do valor do capital próprio, do volume de negócios em obra e pelos indicadores da liquidez geral e da autonomia financeira⁸.

Tendo por base as demonstrações financeiras de uma amostra significativa de 21.419 empresas (cfr. quadro infra), relativas ao ano de 2009, correspondendo a 88% do total de empresas com alvará, é possível uma caracterização genérica das empresas de construção reguladas pelo InCI, I.P..

Quadro 6 - Amostra das empresas objecto de análise

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas	12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419

Fonte: InCI, I.P.

Muitas das características do tecido empresarial de determinada actividade são evidenciadas pela análise da situação económica e financeira das empresas nela inseridas, tendo em consideração alguns indicadores económico-financeiros, designadamente, *Liquidez Geral*, *Autonomia Financeira*, *Grau de Cobertura do Imobilizado*, *Solvabilidade*, *Rentabilidade dos Capitais Próprios*, *Rentabilidade do Activo Total*, *Capacidade de Endividamento*, *Endividamento*, *Estrutura do Endividamento*, *Custos com o Pessoal* e *Volume de Negócios em Obra*, com base no cálculo dos quartis inferior, mediana e superior.

Neste sentido, analisou-se a documentação fiscal (Balanço e Demonstração de Resultados) da amostra de empresas, distribuídas por dimensão, segundo a classe (vide Quadro 6). A documentação em causa reporta-se ao ano fiscal de 2009 e foi disponibilizada ao InCI, I.P. no âmbito do processo de revalidação anual dos alvarás para 2011.

4.1 Indicadores/requisitos legais

4.1.1 Liquidez Geral⁹

O rácio de liquidez geral é um dos indicadores cujo cumprimento é exigido pelo Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro¹⁰, não podendo as empresas detentoras de alvará de classe máxima superior à 1, deter menos de 105% neste rácio no exercício de 2009 ou na média dos três últimos exercícios.

⁸ N.º 1 do art. 10.º do referido diploma.

⁹ *Liquidez Geral* = $\frac{\text{Existências} + \text{Dividas de Terceiros de Curto Prazo} + \text{Disponibilidades}}{\text{Dividas a Terceiros de Curto Prazo}}$

¹⁰ Cfr. art 10.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro e Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto. Esta portaria veio diminuir a exigência deste indicador, em face da "... grave crise económica e financeira de âmbito mundial e nacional que se instalou no ano de 2008, com permanência em 2009..." (preâmbulo da portaria), uma vez que o valor mínimo exigido anteriormente era de 110% (cfr. n.º 2, b) da Portaria n.º 994/2004, de 5 de Agosto.

Quadro 7 - Liquidez Geral por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	303,44%	295,05%	308,51%	364,55%	333,61%	286,69%	225,56%	205,07%	174,50%	306,17%
	Mediana	156,43%	170,13%	176,27%	197,47%	186,92%	178,61%	161,54%	171,59%	138,94%	165,58%
	Quartil Inferior	108,27%	121,59%	127,96%	134,33%	134,10%	123,80%	123,50%	128,50%	119,01%	116,19%

Fonte: InCI, I.P.

Pela análise do quadro 7, constata-se que a mediana deste indicador foi de 165,58%. Todavia, o valor do quartil inferior global é de apenas 116,19%. Inclusivamente o valor do quartil inferior da classe 1 é de apenas 108,27%, ou seja, apenas 3,27 pontos percentuais acima do limite legal¹¹ e abaixo do anterior limite legal vigente (110% em 2009).

Deste indicador transparece alguma fragilidade das empresas do sector da construção no que respeita à capacidade de uma empresa satisfazer e assumir compromissos no curto prazo, tanto mais que no seu cálculo são consideradas as existências¹², circunstância que é mais visível quando analisado com o indicador de *liquidez reduzida*¹³: conforme se constata no quadro 8, quando não considerado o valor das existências, os valores apurados são significativamente inferiores, o que poderá trazer alguma apreensão ao sector.

Quadro 8 – Liquidez reduzida por classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Liquidez Reduzida (%)	Quartil Superior	186,97%	178,04%	164,23%	163,45%	159,29%	176,98%	152,21%	146,51%	142,23%	177,93%
	Mediana	103,75%	109,46%	104,24%	101,03%	109,28%	117,70%	126,74%	117,73%	115,76%	105,61%
	Quartil Inferior	55,38%	57,85%	52,45%	41,08%	56,89%	90,53%	97,84%	105,68%	96,69%	55,40%

Sendo desejável que o valor mínimo do indicador da liquidez geral seja de, pelo menos, 100%, constatou-se que 3.048 empresas (14,2% do total das empresas analisadas) não cumprem esse valor, requisito desejável, o que denota a falta de liquidez de muitas das empresas deste sector.

¹¹ Que, reforça-se, não se aplica às empresas desta classe.

¹² Sendo certo que o valor pela qual as existências são consideradas no cálculo do indicador não corresponderão necessariamente ao valor pelo qual poderiam ser realizados.

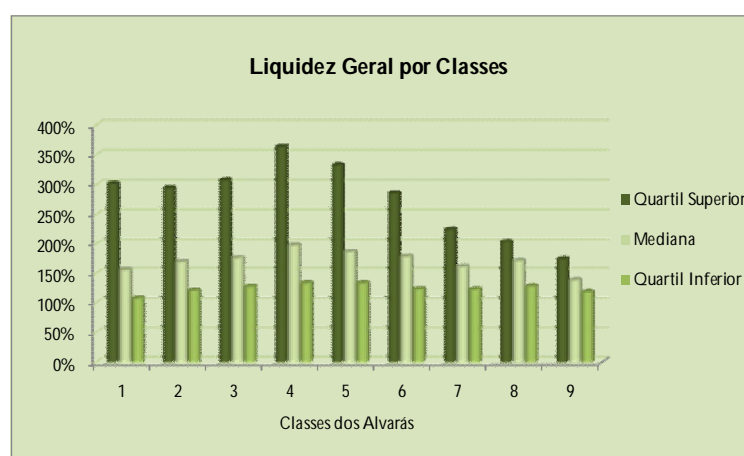
¹³ *Liquidez reduzida* = $\frac{\text{Dividas de Terceiros de Curto Prazo} + \text{Disponibilidades}}{\text{Dividas a Terceiros de Curto Prazo}}$

Quadro 9 – Empresas com Liquidez Geral inferior a 100%, por classe

Classes	N.º
Classe 1	2.359
Classe 2	335
Classe 3	190
Classe 4	78
Classe 5	52
Classe 6	22
Classe 7	8
Classe 8	
Classe 9	4
Total	3.048

Destas, existirão mais de 150 empresas – de entre as quais 2 da classe 9 – que poderão não conseguir manter a mesma classe de alvará por incumprimento deste indicador.

Gráfico 8 - Liquidez Geral por Classes



Fonte: InCI, I.P.

Ainda no que respeita a este indicador, constatou-se em todas as classes, que as *existências* têm um peso importante neste indicador. Sendo regra que num ciclo de produção do sector da construção o prazo de rotação de existências é superior ao prazo de pagamento a fornecedores, acaba por ser questão sensível os prazos médios de pagamentos dos clientes.

É de referir que este indicador apresentou no ano de 2009 um comportamento próximo do registado nos anos anteriores, superior, até, ao de 2008, na medida em que quer a mediana quer o valor do quartil superior foi superior ao do ano transacto.

Quadro 10 – Evolução do indicador da Liquidez Geral (2007-2009)

Indicador		2009	2008	2007
Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	306,17%	292,33%	288,66%
	Mediana	165,58%	163,43%	159,56%
	Quartil Inferior	116,19%	117,09%	115,93%

4.1.2 Autonomia Financeira¹⁴

A Autonomia Financeira (AF) é outro indicador exigido para efeitos de permanência na actividade, para as empresas de classe superior a 1¹⁵.

Quadro 11 - Autonomia Financeira por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	56,68%	52,77%	47,71%	47,51%	43,64%	45,30%	38,37%	34,07%	31,52%	52,76%
	Mediana	29,59%	32,87%	30,68%	30,48%	29,11%	27,97%	26,27%	24,16%	24,34%	30,15%
	Quartil Inferior	13,23%	19,12%	19,37%	19,47%	18,80%	18,77%	18,90%	20,37%	18,96%	16,02%

Fonte: InCI, I.P.

Tendo por referência o limite actualmente exigido às empresas da classe 2 ou superior (10%), constatamos que 3.108 empresas (cerca de 14,5% das empresas analisadas) apresentam um rácio inferior àquele limiar. Ainda que destas empresas 2.499 pertençam à classe 1, existem, ainda assim 609 empresas das restantes classes que não cumprem aquele limite, de entre as quais se encontram 2 empresas da classe 9.

Quadro 12 – Número de empresas com Autonomia Financeira inferior a 10% (2009)

Total de empresas	N.º
Classe 1	2.499
Classe 2	289
Classe 3	173
Classe 4	88
Classe 5	42
Classe 6	11
Classe 7	4
Classe 8	0
Classe 9	2
Total	3.108

Fonte: InCI, I.P.

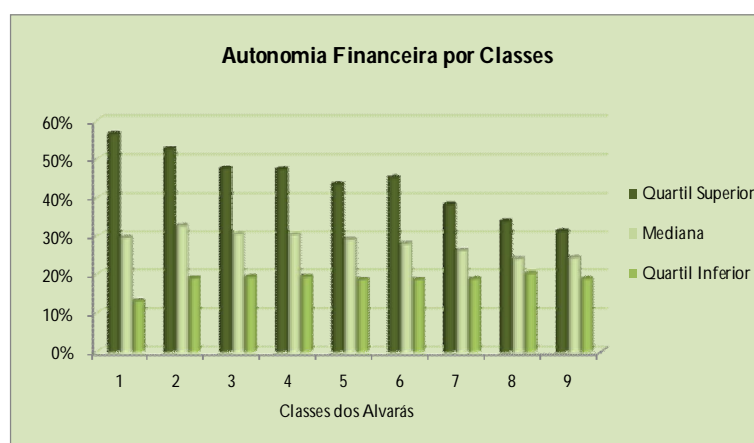
¹⁴ $Autonomia\ financeira = \frac{Capital\ Próprio}{Activo\ Líquido\ Total}$

¹⁵ À semelhança do referido para o indicador da liquidez geral, também neste indicador foi entendido diminuir a exigência do requisito, fruto da crise económica e financeira. Assim, "... quando a última declaração fiscal exigível e já disponível seja a referente aos anos de 2008 e 2009", os valores de referência são de 8% para as empresas das classe 2 a 5 e de 10% para as classes 6 a 9 (Portaria n.º 971/2009, de 27 de Agosto, 2.º, al. a); quando a última declaração fiscal for a de 2010 (portanto, nas revalidações referentes a 2012), o valor passará a ser, novamente, 15% para todas as classes, excepto a classe 1.

Aliás, aproximadamente 460 empresas não cumprem este requisito de permanência na actividade, pelo que se não fosse a média dos últimos três anos estas empresas reclassificariam por esse motivo. Ainda assim existem cerca de 123 empresas que não cumprem esse requisito. Os valores deste indicador não diferem muito de classe para classe, embora se verifique menor discrepância entre cada quartil nas classes mais elevadas.

É, ainda, de realçar que a mediana e quartil superior apresentam, em quase todas as classes, valores iguais ou superiores ao mínimo exigido para projectos de financiamento (25%). Mesmo nas duas classes (8 e 9) em que isso não se verifica o valor da mediana está muito próximo.

Gráfico 9 - Autonomia Financeira



Fonte: InCI, I.P.

Por fim, constatou-se que existem 956 empresas com capitais próprios negativos, das quais 83% são empresas da classe 1. Registe-se, todavia, que 1 empresa da classe 9 possui capitais próprios negativos.

Conforme se pode constatar do Quadro 13, podemos concluir que este indicador manteve-se constante, uma vez que os valores apurados apresentam muito ligeiras alterações.

Quadro 13 - Evolução do indicador da Autonomia Financeira (2007-2009)

Indicador		2009	2008	2007
Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	52,76%	52,17%	52,10%
	Mediana	30,15%	30,26%	29,93%
	Quartil Inferior	16,02%	16,51%	16,82%

4.2 Outros Indicadores

4.2.1 Grau de Cobertura do Imobilizado¹⁶

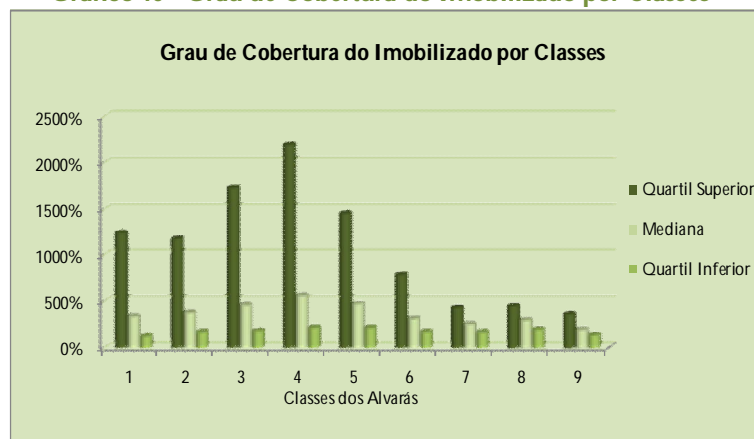
A análise deste indicador permite-nos ter uma ideia da forma como as empresas de construção estão a financiar o seu imobilizado, o seu investimento, por remissão aos capitais permanentes (capitais próprios e capitais alheios permanentes, ou seja, de médio e longo prazo).

Quadro 14 - Grau de Cobertura do Imobilizado por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Grau de Cobertura do Imobilizado (%)	Quartil Superior	1243,43%	1179,13%	1734,44%	2196,79%	1457,20%	788,91%	436,21%	451,73%	363,84%	1312,12%
	Mediana	340,95%	379,92%	460,41%	560,37%	474,77%	314,49%	254,62%	297,68%	196,24%	375,86%
	Quartil Inferior	126,82%	169,97%	180,56%	218,22%	216,72%	172,33%	168,14%	198,59%	138,72%	151,16%

A análise deste indicador leva-nos a considerar que, por via da regra, os investimentos das empresas da construção estão suportados por um financiamento de médio e longo prazo, à partida adequado à recuperação desse mesmo investimento.

Gráfico 10 - Grau de Cobertura do Imobilizado por Classes



Fonte: InCI, I.P.

Pelo gráfico é perceptível constatar que a variação do quartil superior, por classe, é superior à variação do quartil inferior (a relação entre o maior e o menor dos quartis superior é de 6 para 1, quando a mesma relação no quartil inferior é de 1,7 para 1), sendo a amplitude dessa diferença especialmente notada na classe 4. Esta situação poderá resultar da circunstância de existirem empresas de construção

¹⁶ Grau de Cobertura do Imobilizado = $\frac{\text{Capitais Próprios} + \text{Passivo de Médio e Longo Prazo}}{\text{Imobilizado Líquido}}$

que optarão por deter um menor nível de equipamento próprio, preferindo recorrer ao aluguer de equipamento. Por seu lado, a variação na classe 9 é menor, o que seria expectável em função da necessidade de tais empresas terem que contar com um nível mínimo de equipamento próprio.

De 2007 a 2009 este indicador tem apresentado um reforço sustentado dos valores apurados, excepção feita para a ligeira diminuição do quartil inferior de 2008 para 2009.

Quadro 15 - Evolução do indicador da Grau de Cobertura do Imobilizado (2007-2009)

Indicador		2009	2008	2007
Grau de Cobertura do Imobilizado (%)	Quartil Superior	1312,12%	1170,82%	1096,20%
	Mediana	375,86%	355,74%	344,87%
	Quartil Inferior	151,16%	153,98%	148,25%

4.2.2 Solvabilidade¹⁷

Este indicador mede a capacidade da empresa para satisfazer e assumir compromissos no médio e longo prazo, por recurso à sua estrutura de capitais próprios.

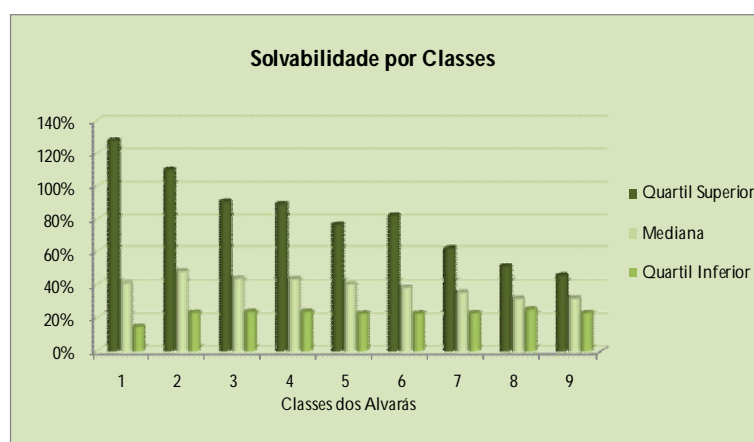
Quadro 16 – Solvabilidade por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Solvabilidade (%)	Quartil Superior	128,42%	110,54%	91,16%	89,80%	77,37%	82,82%	62,27%	51,70%	46,03%	109,94%
	Mediana	41,55%	48,44%	44,19%	43,74%	41,05%	38,84%	35,64%	31,89%	32,17%	42,97%
	Quartil Inferior	15,18%	23,58%	24,02%	24,17%	23,13%	23,11%	23,31%	25,58%	23,40%	19,01%

Pela análise do Quadro 16, observa-se que as empresas situadas no quartil inferior e mediana apresentam um valor de solvabilidade inferior a 50%, ou seja a capacidade de financiamento destas empresas depende essencialmente do crédito, como é visível pela análise do indicador capacidade de endividamento.

¹⁷ $Solvabilidade = \frac{Capitais\ Próprios}{Passivo\ Total}$

Gráfico 11 - Solvabilidade por Classes



Fonte: InCI, I.P.

No triénio este indicador apresentou, por um lado, uma ligeira mas contínua degradação no quartil inferior e, por outro, uma melhoria, também ligeira e gradual, no quartil superior.

Quadro 17 - Evolução do indicador de Solvabilidade (2007-2009)

Indicador		2009	2008	2007
Solvabilidade (%)	Quartil Superior	109,94%	107,69%	107,48%
	Mediana	42,97%	43,17%	42,47%
	Quartil Inferior	19,01%	19,72%	20,16%

4.2.3 Rentabilidade dos Capitais Próprios¹⁸

Este é um indicador importante para orientar o investidor nas suas decisões de investimento.

Quadro 18 - Rentabilidade dos Capitais Próprios por Classes

Classes	1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL	
Nº Empresas	12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419	
Indicadores											
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	38,17%	26,61%	25,40%	26,96%	32,86%	25,15%	23,67%	20,13%	21,90%	33,39%
	Mediana	12,88%	9,54%	7,16%	7,22%	9,53%	9,88%	8,85%	10,59%	10,56%	10,94%
	Quartil Inferior	2,25%	1,78%	1,07%	0,91%	1,43%	2,04%	1,08%	3,52%	5,33%	1,76%

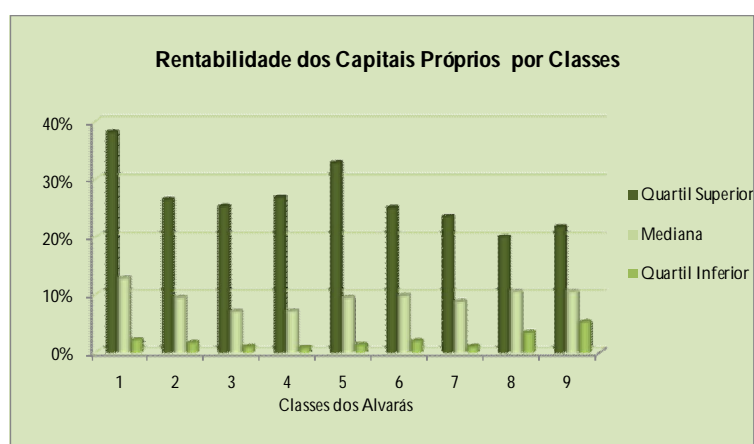
Apesar da crise económica e financeira que em muito terá condicionado o sector da construção, o certo é que, ainda assim, os resultados líquidos apresentados pelas empresas foram, na sua generalidade, positivos: não só o quartil inferior foi positivo em todas as classes, como “apenas” 4.153 empresas

¹⁸ $Rentabilidade\ dos\ capitais\ próprios = \frac{Resultado\ Líquido\ do\ Exercício}{Capitais\ Próprios}$

(19,4% do universo) apresentaram resultados líquidos negativos, das quais 63,3% pertencentes à classe 1.

Não obstante, a remuneração dos capitais próprios apresenta um comportamento muito diferente de classe para classe, sendo de destacar os valores relativamente baixos apurados relativamente ao quartil inferior de todas as classes. Curiosamente, ao nível do quartil superior as taxas de remuneração mais elevadas são apresentadas pela classe 1 e pela classe 9.

Gráfico 12 - Rentabilidade dos Capitais Próprios por Classes



Fonte: InCI, I.P.

A evolução deste indicador nos últimos três anos evidencia uma melhoria assinalável do valor da mediana (+2,74 pontos percentuais face a 2007) e do quartil superior (+13,28 pontos percentuais, de 2007 para 2009), mas, por outro lado, uma degradação do valor do quartil inferior.

Quadro 19 - Evolução do indicador de Rentabilidade dos Capitais Próprios (2007-2009)

Indicador		2009	2008	2007
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	33,39%	19,06%	20,11%
	Mediana	10,94%	6,81%	8,20%
	Quartil Inferior	1,76%	1,10%	2,10%

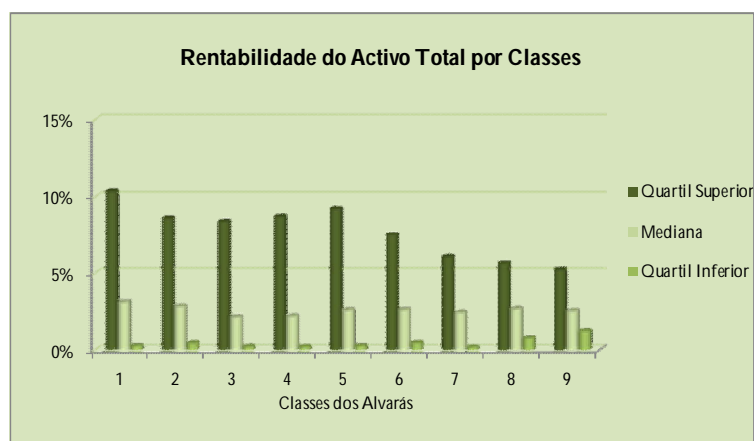
4.2.4 Rentabilidade do Activo Total ¹⁹

Quadro 20 - Rentabilidade do Activo Total por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Rentabilidade do Activo Total (%)	Quartil Superior	10,39%	8,64%	8,43%	8,75%	9,26%	7,55%	6,09%	5,65%	5,26%	9,62%
	Mediana	3,13%	2,86%	2,16%	2,21%	2,62%	2,64%	2,44%	2,69%	2,56%	2,87%
	Quartil Inferior	0,30%	0,46%	0,25%	0,24%	0,30%	0,48%	0,22%	0,79%	1,24%	0,32%

Pela análise do Quadro 20, verifica-se que as empresas situadas no quartil inferior têm uma reduzida capacidade de remunerar capitais investidos, o que se poderá dever a um baixo valor de resultados líquidos no exercício em análise, o qual foi marcado pela crise económica, particularmente intensa no primeiro semestre.

Gráfico 13 - Rentabilidade do Activo Total por Classes



Fonte: InCI, I.P.

4.2.5 Capacidade de Endividamento ²⁰

Quadro 21 - Capacidade de Endividamento por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Capacidade de Endividamento (%)	Quartil Superior	497,49%	386,21%	386,14%	400,27%	423,01%	420,99%	418,14%	391,23%	413,79%	445,10%
	Mediana	188,21%	190,14%	209,77%	220,29%	236,28%	243,85%	271,67%	315,09%	302,65%	198,59%
	Quartil Inferior	51,60%	78,15%	99,75%	105,60%	125,14%	113,38%	156,95%	193,75%	210,70%	69,48%

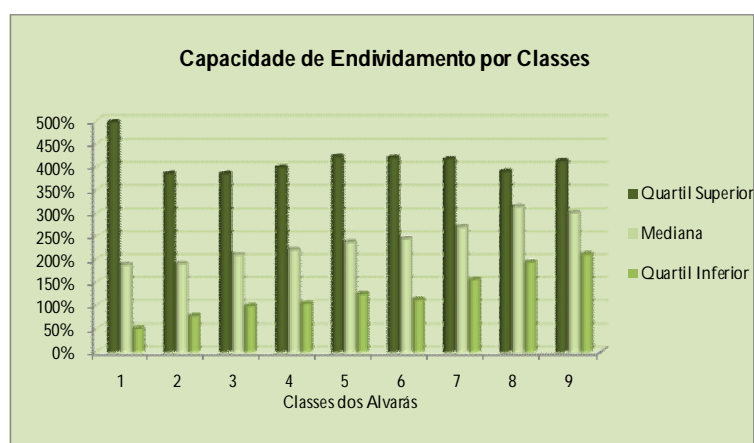
¹⁹ $\text{Rentabilidade do Activo Total} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Activo Líquido Total}}$

²⁰ $\text{Capacidade de Endividamento} = \frac{\text{Passivo Total}}{\text{capitais Próprios}}$

Sendo um conceito inverso ao da solvabilidade, exprime o grau das responsabilidades assumidas para com terceiros, relativamente ao montante dos capitais próprios. Assim, tal como já foi referido, mais de 50% das empresas recorre ao crédito como principal forma de financiamento.

Comparando com os dados do exercício anterior verifica-se que aumentou o número de empresas que recorre aos capitais alheios para o financiamento da sua actividade.

Gráfico 14 – Capacidade de Endividamento por Classes



Fonte: InCI, I.P.

4.2.6 Endividamento²¹

Este indicador mede a extensão com que a empresa utiliza capital alheio para financiar as suas actividades.

Quadro 22 - Endividamento por Classes

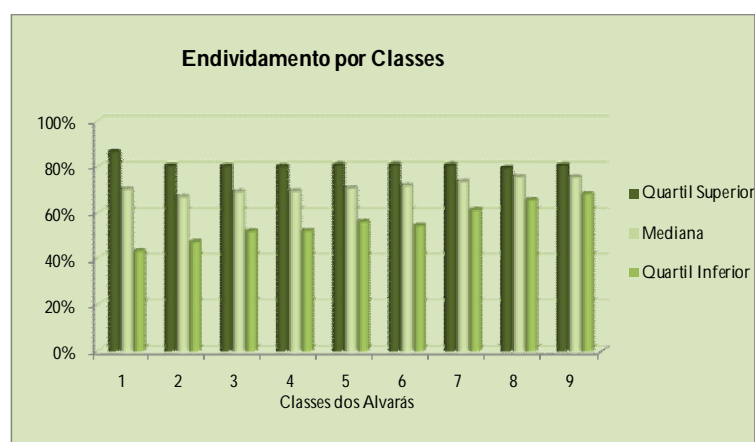
Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Indicadores											
Endividamento (%)	Quartil Superior	86,77%	80,88%	80,63%	80,53%	81,20%	81,23%	81,10%	79,63%	81,04%	83,98%
	Mediana	70,41%	67,13%	69,32%	69,55%	70,93%	72,03%	73,73%	75,84%	75,66%	69,85%
	Quartil Inferior	43,32%	47,23%	52,29%	52,49%	56,36%	54,70%	61,63%	65,93%	68,48%	47,27%

Fonte: InCI, I.P.

Pelos valores observados verifica-se que qualquer que seja a dimensão das empresas, estas recorrem em grande percentagem ao capital alheio para financiamento da sua actividade.

²¹ $Endividamento = \frac{Passivo\ Total}{Activo\ Total}$

Gráfico 15 – Endividamento por Classes



Fonte: InCI, I.P.

4.2.7 Estrutura do Endividamento ²²

Este indicador dá-nos a parcela do passivo exigível a curto prazo relativamente ao endividamento total.

Quadro 23 - Estrutura de endividamento por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Estrutura do Endividamento (%)	Quartil Superior	18,00%	33,39%	43,59%	54,35%	52,69%	42,51%	35,23%	33,30%	33,12%	30,23%
	Mediana	0,00%	0,00%	10,24%	17,63%	22,27%	19,81%	23,30%	19,71%	18,66%	0,00%
	Quartil Inferior	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,62%	3,50%	8,84%	8,15%	7,14%	0,00%

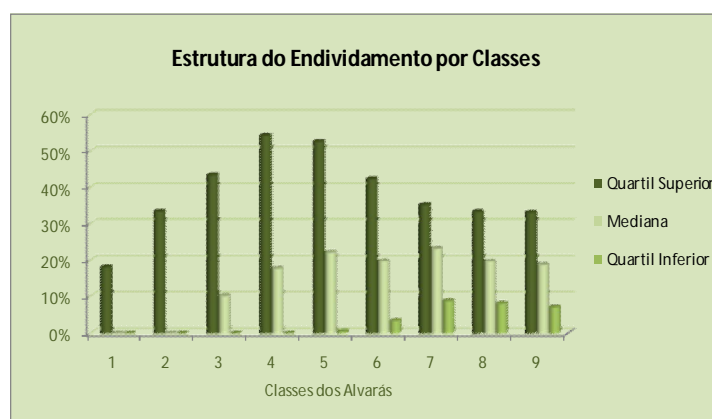
Como poderá ser observado no Quadro 23, tanto o valor dos quartis inferiores das classes como a própria mediana denotam um peso muito pequeno do passivo de médio e longo prazo no total do passivo. Esta circunstância pode querer significar que a maioria das empresas de construção, tem o seu passivo estruturado essencialmente no curto prazo, nomeadamente nas dívidas a fornecedores, como forma de financiar o elevado prazo médio de rotação de existências.

Outra razão explicativa poderá residir no pouco investimento em imobilizado, como decorre, aliás, do indicador do Grau de Cobertura do Imobilizado.

As constatações feitas são válidas essencialmente para as classes 1 a 5, uma vez que no que se refere às classes 6 a 9, o peso do endividamento de médio e longo prazo tem uma expressão mais visível, porventura mais adequada aos investimentos que em tais classes se observam, e com uma menor amplitude entre os quartis inferior e superior do que, por exemplo, a classe 4.

²² Estrutura do Endividamento = $\frac{\text{Passivo não corrente (Capitais alheios MLP)}}{\text{Passivo Total}}$

Gráfico 16 - Estrutura de endividamento por Classes



Fonte: InCI, I.P.

4.2.8 Custos com Pessoal

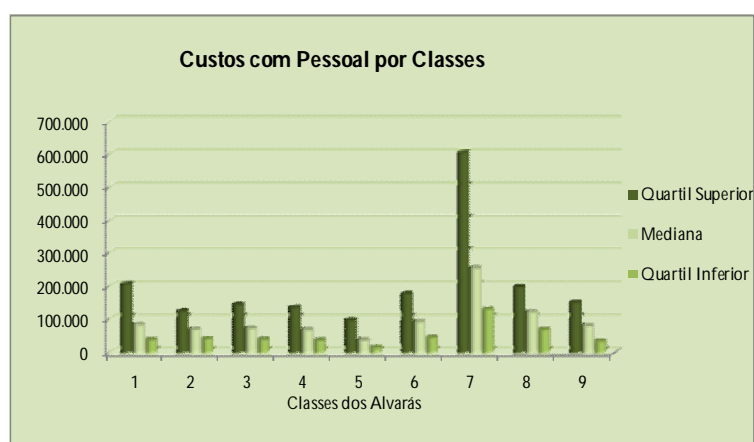
Quadro 24 - Custos com Pessoal por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Custos com Pessoal (€)	Quartil Superior	209.131,52	126.328,57	146.181,62	137.690,57	100.051,99	179.004,24	608.399,20	198.918,19	152.850,02	173.438,81
	Mediana	84.840,35	71.378,38	74.323,09	69.991,03	38.733,93	94.156,68	255.426,88	123.896,01	82.012,85	78.267,94
	Quartil Inferior	40.324,18	43.329,92	41.413,22	38.603,80	17.146,06	47.661,74	132.248,32	71.105,39	35.938,24	39.793,65

Pelo quadro, observa-se uma correlação directa entre a classe máxima detida e o valor deste indicador, o que permite a utilização do mesmo para aferir a dimensão das empresas de construção.

Foram detectadas cerca de 130 empresas com custos de pessoal igual a zero, sendo cerca de metade pertencentes a empresas detentoras de alvará de classe 1 e a metade restante distribuídas por empresas com alvará até à classe 5.

Gráfico 17 - Custos com Pessoal por Classes

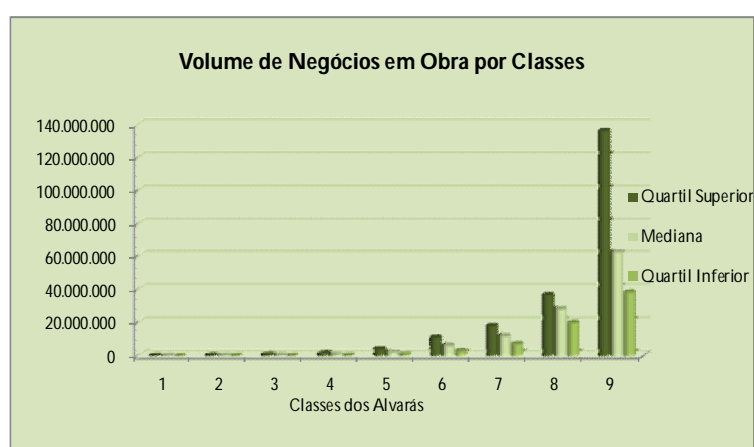


4.2.9 Volume de Negócios em Obra²³

Quadro 25 - Volume de Negócios em Obra por Classes

Classes		1	2	3	4	5	6	7	8	9	TOTAL
Nº Empresas		12.838	3.231	2.429	1.482	920	285	120	38	76	21.419
Indicadores											
Volume de Negócios em Obra (€)	Quartil Superior	318.052,33	610.451,77	1.225.882,40	2.054.479,47	4.329.944,30	11.354.879,81	18.331.696,06	36.952.445,67	136.483.276,16	670.449,02
	Mediana	154.325,55	301.493,44	576.550,87	1.049.791,11	2.267.421,81	6.230.764,91	12.180.490,74	28.303.070,82	62.757.543,27	246.077,69
	Quartil Inferior	76.320,39	301.493,44	287.155,57	508.539,10	1.190.011,29	3.040.536,99	7.371.034,71	20.251.532,35	38.386.147,20	104.457,68

Gráfico 18 – Volume de Negócios em Obra por Classes



Fonte: InCI, I.P.

Da análise do gráfico 18 é possível constatar que os valores da mediana e dos quartis parecem consistentes, uma vez que em cada classe os valores são superiores aos da classe anterior, exceção feita ao quartil inferior da classe 2 para a classe 3.

É de referir que da amostra analisada, 297 empresas de construção apresentaram o valor de 0 no que refere ao volume de negócios em obra. Destas empresas 179 são detentoras de alvará de classe 1 e as restantes encontram-se distribuídas pelas classes 2 a 6.

Quadro 26 – Número de empresas sem volume de negócios, por classe (2009)

Classes	N.º
Classe 1	179
Classe 2	51
Classe 3	34
Classe 4	23
Classe 5	8
Classe 6	2
Total	297

²³ VNO = Venda de Produtos + Prestação de Serviços + Variação da Produção (se positiva) + Trabalhos para a própria empresa

5. As 20 empresas com maior Volume de Negócios em Obra

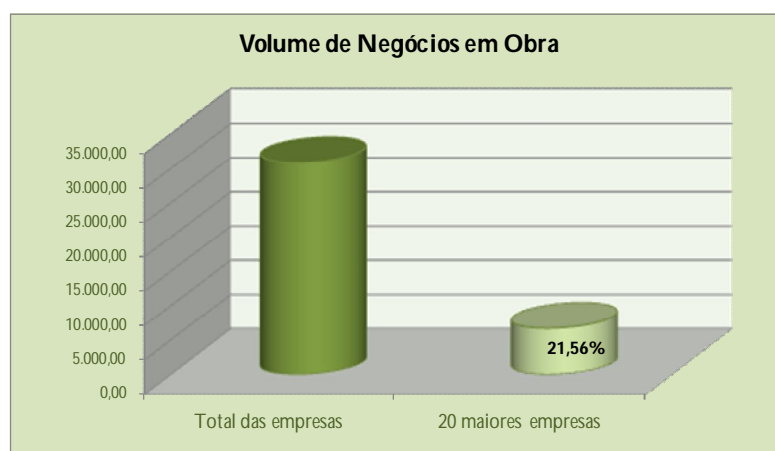
A análise dos indicadores das 20 maiores empresas, tendo em conta o volume de negócios em obra, permite concluir, como seria expectável, uma performance económico-financeira mais sólida face ao conjunto de empresas do sector, incluindo uma menor discrepância entre os vários quartis.

Quadro 27 - Indicadores Financeiros das 20 empresas com maior volume de negócios em obra em comparação com o total

		Maiores empresas	TOTAL
		20	21419
Indicadores			
Liquidez Geral (%)	Quartil Superior	168,45%	306,17%
	Mediana	128,29%	165,58%
	Quartil Inferior	112,25%	116,19%
Autonomia Financeira (%)	Quartil Superior	25,29%	52,76%
	Mediana	22,68%	30,15%
	Quartil Inferior	18,71%	16,02%
Grau de Cobertura do Imobilizado (%)	Quartil Superior	232,28%	1312,12%
	Mediana	183,33%	375,86%
	Quartil Inferior	138,63%	151,16%
Solvabilidade (%)	Quartil Superior	33,84%	109,94%
	Mediana	29,33%	42,97%
	Quartil Inferior	23,02%	19,01%
Rentabilidade dos Capitais Próprios (%)	Quartil Superior	24,10%	33,39%
	Mediana	14,33%	10,94%
	Quartil Inferior	8,17%	1,76%
Rentabilidade do Activo Total (%)	Quartil Superior	5,10%	9,62%
	Mediana	2,39%	2,87%
	Quartil Inferior	1,59%	0,32%
Capacidade de Endividamento (%)	Quartil Superior	435,13%	445,10%
	Mediana	341,01%	198,59%
	Quartil Inferior	295,47%	69,48%
Endividamento (%)	Quartil Superior	81,29%	83,98%
	Mediana	77,32%	69,85%
	Quartil Inferior	74,71%	47,27%
Estrutura do Endividamento (%)	Quartil Superior	33,43%	30,23%
	Mediana	19,24%	0,00%
	Quartil Inferior	11,20%	0,00%

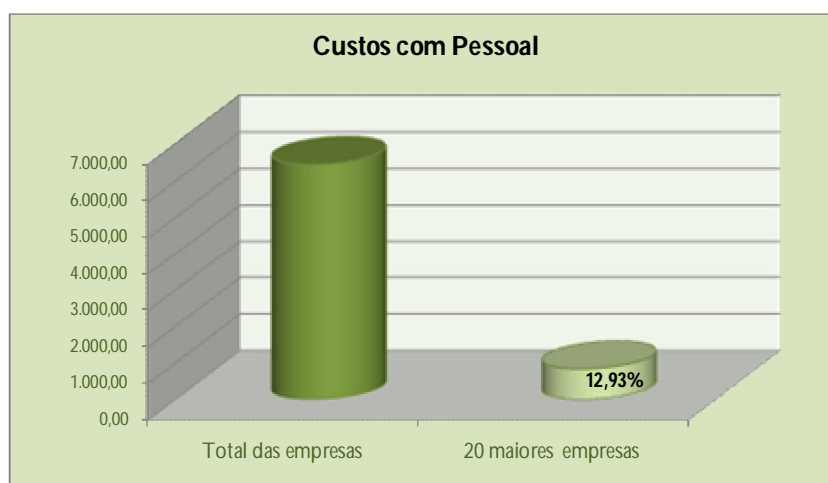
Fonte: InCI, I.P.

Gráfico 19 – Peso das 20 maiores empresas em Volume de Negócios em Obras no sector (milhões de euros)



Fonte: InCI, I.P.

Gráfico 20 - Peso das 20 maiores empresas com Custos com Pessoal no sector (milhões de euros)



Fonte: InCI, I.P.

Como se pode observar nos gráficos anteriores, em termos de Volume de Negócios em Obra e Custos com Pessoal, o peso representado por estas empresas no total desta amostra é de 21,56% e 12,93%, respectivamente, revelando-se pouco significativo, o que poderá indiciar uma reduzida concentração de grandes empresas no mercado, embora estes valores sejam ligeiramente superiores aos registados do ano transacto.

Nos últimos 5 anos, o número de empresas com capacidade para realizar obras da classe mais elevada tem-se mantido na ordem das 80 empresas, não tendo havido muitas fusões, o que se afigura estar relacionado com o facto do crescimento do mercado nacional ter sido pouco significativo. Esta constatação é reforçada com o aumento da procura de mercados internacionais por parte destas empresas.

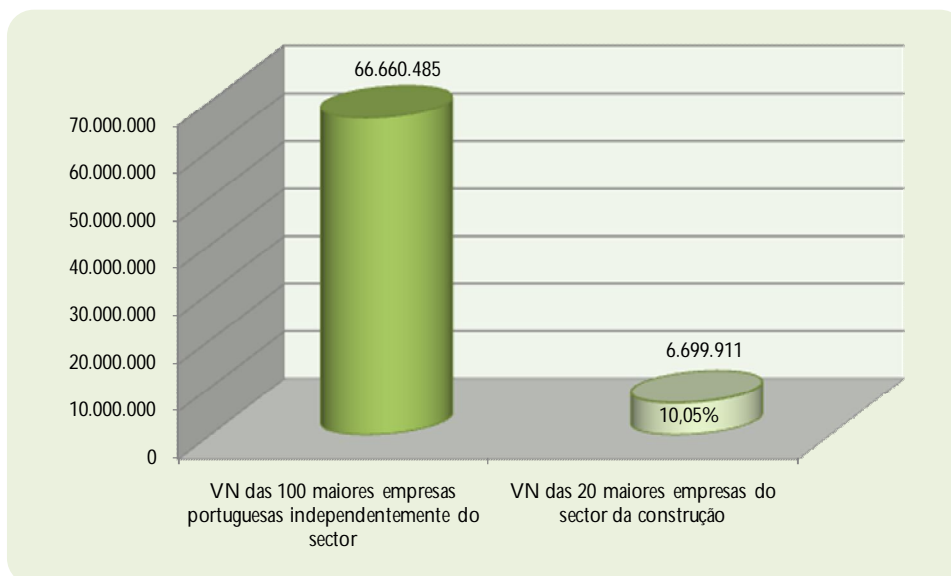
6. Peso das 20 maiores empresas de construção face às 100 maiores empresas portuguesas em termos de volume de negócios em 2009

Quadro 28 - As 20 maiores empresas de construção face às 100 maiores empresas portuguesas (2009)

Empresa	Volume de Negócios (€)
MOTA-ENGIL, ENGENHARIA E CONSTRUCAO, S.A.	1.229.051.384,33
TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A	705.442.065,17
SOC. CONSTRUCOES SOARES DA COSTA, S.A.	597.301.550,81
ZAGOPE - CONSTRUCOES E ENGENHARIA, SA	575.113.979,65
SOMAGUE - ENGENHARIA, S.A.	395.733.987,00
OPWAY - ENGENHARIA, S.A.	333.051.063,74
MONTEADRIANO - ENGENHARIA E CONSTRUCAO, S.A.	288.641.590,92
EFACEC ENERGIA - MAQUINAS E EQUIPAMENTOS ELECTRICOS S. A.	274.475.190,43
EDIFER CONSTRUCOES PIRES COELHO & FERNANDES SA	271.987.085,88
CONDURIL - CONSTRUTORA DURIENSE, S.A.	240.260.307,46
MSF - ENGENHARIA, SA	221.062.004,88
CME CONSTRUCAO E MANUTENCAO ELECTROMECHANICA SA	213.225.936,52
LENA ENGENHARIA E CONSTRUCOES, S.A.	212.936.996,67
ENEOP3 - DESENVOLVIMENTO DE PROJECTO INDUSTRIAL, SA	204.710.247,04
CASAI S - ENGENHARIA E CONSTRUCAO SA	170.905.180,01
AFAVIAS - ENGENHARIA E CONSTRUCOES SA	160.850.616,59
EFACEC, ENGENHARIA, S. A.	160.209.161,67
MARTIFER - CONSTRUCOES METALOMECHANICAS, S.A.	149.702.664,40
CABELTE CABOS ELECTRICOS E TELEFONICOS S A	149.455.325,27
FDO CONSTRUCOES SA	145.794.944,50
Total	6.699.911.282,94

Fonte: Expresso

Gráfico 21 – Comparação do volume de negócios (2009)
(valor em M€)



Verifica-se que o peso das 20 maiores empresas de construção em termos de volume de negócios representa apenas cerca de 10% face às 100 maiores empresas portuguesas independentemente do sector em que estão inseridas.

Síntese

O ano de 2009 em Portugal, tal como na generalidade das economias do espaço económico europeu, ficou marcado pela continuidade da crise económico-financeira que eclodiu no final de 2008.

Ainda que no final do ano se tenha feito sentir uma ligeira melhoria do desempenho da economia, ou, pelo menos, a inversão da tendência registada até ao 2.º trimestre de 2009, o certo é que isso não foi suficiente para alterar significativamente os indicadores económicos.

Assim, o sector da construção, habitualmente um sector sensível e que funciona como barómetro da economia nacional, acabou por sentir os efeitos da crise, tendo visto a sua situação degradar-se, nomeadamente quanto ao volume de negócios, ao seu contributo para o investimento nacional, e ao peso que esta indústria representa no mercado de emprego.

As perspectivas no mercado nacional para o ano de 2010 serão ainda pautadas por alguma retracção no investimento privado, mas também pelas restrições de natureza orçamental com que Portugal se debate, impondo-se contenções na despesa pública e, inevitavelmente, também no investimento público, restrições essas, aliás, que vêm afectando a capacidade de investimento do Estado desde o início da década, e que têm vindo a afectar negativamente a dimensão do mercado interno da construção.

A solução para as empresas do sector passa, em grande parte, pela internacionalização, seja na Europa (especialmente na Europa de Leste), África (designadamente Angola) ou continente americano (Estados Unidos da América e Brasil), sendo, contudo, de ter em conta a relativa pequena dimensão das nossas maiores empresas no contexto europeu e, logo, no contexto internacional.

